

**SUBGERÊNCIA DE VISTORIA ESTRUTURAL**  
**EXPEDIENTE DE 24/01/2018**

02/195268/2014 - RUBENS ANTONIO BOLOGNA

**Cumpra as Exigências**

Atender de imediato o Laudo de Vistoria La m 778/14 AC referente à marquise pertencente ao imóvel situado na Rua Adolfo Bergamini, 337 e apresentar o Comunicado da AUTOVISTORIA.

02/187040/2018 - HOSPITAL SIRIO E LIBANES LTDA - ME

**Cumpra as Exigências**

Atender de imediato o Laudo de Vistoria La m 056/18 referente à marquise pertencente ao imóvel situado na Rua São Francisco Xavier, 453A e apresentar o Comunicado da AUTOVISTORIA.

02/004006/1993 - MARINA SILVA A/C JOAQUIM DO ESPIRITO SANTO

**Extraído o Auto de Infração 830006 no valor de R\$ 826,11**

02/004006/1993 - JOAQUIM TEIXEIRA DA SILVA

**Extraído o Auto de Infração 830004 no valor de R\$ 826,11**

02/003204/2010 - JAMIL NICOLAU KAYAT

**Extraído o Auto de Infração 827200 no valor de R\$ 826,11**

02/197229/2016 - BENTO GUEDES MAGALHAES

**Extraído o Auto de Infração 830010 no valor de R\$ 826,11**

02/004006/1993 - JOAQUIM TEIXEIRA DA SILVA

**Extraído o Auto de Infração 830005 no valor de R\$ 826,11**

02/003204/2010 - JAMIL NICOLAU KAYAT

**Extraído o Auto de Infração 830001 no valor de R\$ 826,11**

02/197236/2016 - ANTONIO FIGUEIREDO DE FRIAS

**Extraído o Auto de Infração 830003 no valor de R\$ 826,11**

02/197236/2016 - ANTONIO FIGUEIREDO DE FRIAS

**Extraído o Auto de Infração 830002 no valor de R\$ 826,11**

02/348536/1992 - ESPOLIO DE MANOEL DA SILVA ALVES DE MATTOS

**Extraído o Auto de Infração 830009 no valor de R\$ 826,11**

02/348536/1992 - ESPOLIO DE MANOEL DA SILVA ALVES DE MATTOS

**Extraído o Auto de Infração 830008 no valor de R\$ 826,11**

02/197229/2016 - BENTO GUEDES MAGALHAES

**Extraído o Auto de Infração 830011 no valor de R\$ 826,11**

02/004006/1993 - MARINA SILVA A/C JOAQUIM DO ESPIRITO SANTO

**Extraído o Auto de Infração 830007 no valor de R\$ 826,11**

**COORDENADORIA DE REGULARIZAÇÃO URBANÍSTICA E FUNDIÁRIA**  
**EXPEDIENTE DE 22/01/2018**

02/05/000840/2017 - TERESINHA DE JESUS CORREA

**Passe-se Alvará**

**SUBSECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA GERAL DE OBRAS**  
**EXPEDIENTE DE 25/01/2018**

**ÍNDICE DE DESEMPENHO MÉDIO MENSAL**

ÓRGÃO CORRDENADORIA GERAL DE OBRAS			MÊS / ANO 12/2017
ITEM	EMPRESAS CONTRATADAS	ÍNDICE	CONCEITO
1	IN.BRA CONSTRUTORA LTDA	2,03	Bom
2	CONSÓRCIO DYNATEST - TCDI (DYNATEST ENGENHARIA LTDA E TCDI CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA)	1,71	Bom
3	ELVIMA CONSTRUÇÕES LTDA	2,01	Bom
4	MONJARDIM CONSTRUÇÕES LTDA	1,93	Bom
5	D.A.S ENGENHARIA LTDA	2,00	Bom
6	F.P VIEIRA ENGENHARIA LTDA	1,73	Bom
7	GALCON CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA	1,96	Bom
8	SECONTER SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA	1,72	Bom
9	GLOBO CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA	2,20	Bom
10	DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA	2,95	Excelente
11	CONSÓRCIO TRANSBRASIL	1,76	Bom

\*Republicado por ter saído com incorreção no D.O nº 199 de 10/01/2018 às fls. 43.

**SECRETARIA DE CULTURA**

**COMUNICADO**

**ARENA DICRÓ FAZ PRÉ CARNAVAL GRATUITO COM SAMBA E FUNK**

A Arena Dicro encerra neste domingo o projeto Lá Fora de Verão com uma programação que vai agradar à família inteira. O evento é gratuito e começa às 14h com o Bloco Apafunk levando clássicos e hits dos bailes.

A Cia Passinho Carioca também vai participar com seus dançarinos e MCs. O funk não vai ficar de fora e marca presença na aula inaugural da Universidade da Ousadia, iniciativa do grupo Afrofunk Rio, que aproxima o funk das raízes africanas através do corpo feminino.

E vai ter novidade: o estreade bloco Que Pena Amor, que toca músicas do Raça Negra em ritmo de samba, marchinha e xote. Os fãs do samba poderão acompanhar ainda a apresentação do grupo Encontro pra Batacar, com clássicos de Jorge Aragão, Zeca Pagodinho e Fundo de Quintal.

A Arena Carioca Dicro fica na Rua Flora Lobo s/n, Parque Ary Barroso, na Penha Circular.

**CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA**

**ATA**

Aos vinte e cinco de outubro de dois mil e dezessete, às 17h e 40 minutos iniciou-se no Centro Municipal de Artes Calouste Gulbenkian, da Secretaria Municipal de Cultura – SMC, a reunião ordinária do Conselho Municipal de Cultura – CMC – com as presenças do Vice – Presidente Teófilo de Lima, dos conselheiros titulares e suplentes da Sociedade Civil e do Poder Público. A condução da reunião foi feita pelo Vice-Presidente. Foi dado início a reunião com informe e aprovação da ata anterior pelos conselheiros. Aprovada a ata por todos os conselheiros, a conselheira Isabel Gomide informa sobre a data de reunião no dia 07 de novembro de 2017, 3ª feira, às 10h na Câmara Municipal sobre audiência pública do orçamento público da Cultura. O conselheiro José Marconi Marques de Andrade e a conselheira Isabel Gomide consignam em ata a decepção pelo não comparecimento da Presidente Nilcemar Nogueira tendo em vista, ser a quinta reunião que não comparece. A conselheira Isabel Gomide diz ser inadmissível que em uma reunião ontem na Câmara dos Vereadores a Secretária diz que valoriza o conselho e decide tudo a partir de consulta ao conselho e ela, Isabel, não foi consultada em nenhum momento, isso não é dar valor. O Conselheiro Teo Lima pergunta quais questões que estão sendo decididas e a Conselheira Isabel informa que é sobre o orçamento da cultura, e faz constar em ata que a Secretária fala uma coisa e dentro do Conselho diz outra. O Vice presidente Teo começa a discursar sobre segundo ponto da reunião: o encaminhamento da pauta da reunião que trata do patrimônio histórico cultural carioca. O conselheiro Claudio Mello diz estar preocupado com o abandono do patrimônio histórico cultural e diz angustiado de passar pelo centro do Rio de Janeiro e ver igrejas, monumentos em estado precário, desabando. Faz denúncia pelas redes sociais, ao Ministério Público e nada acontece, e o tempo passa, e por estar dentro do poder público municipal, a ansiedade cresce porque gostaria de contribuir de alguma forma, antes da findar Gestão do Conselho, em 2018. Os Conselheiros José Marconi e Olíneo Gomes, dividem essa fala com ele. Observa que o patrimônio está abandonado há muito tempo pela falta de vontade de adotar uma política patrimonial das esferas federal, estadual e municipal. Agradece a presença do diretor do INEPAC, cita o abandono do convento do carmo com suas paredes pichadas e que o Estado nada fez, também questiona a autorização de um evento na Praça 15 sem o devido cálculo de número de pessoas o qual gerou uma degradação no local com paredes e árvores pichadas e pessoas penduradas nos monumentos, sugere que faça em locais mais apropriados como sambódromo, arcos da lapa. Cita outro evento que ocorreu na Praça Paris, o qual teve intervenção do Ministério Público quanto a preservação dos monumentos da Praça recém restaurada. Sugere que faça um planejamento com coerência para adequação do tipo de evento ao local, de preferência que não tenha nenhum monumento importante e histórico para cidade. O conselheiro Marconi cita desfile que acontece na Rússia com 4 horas de duração e um público de mais de dois milhões de pessoas e não jogam papel na rua e demonstrando o orgulho que eles têm pelo patrimônio, não sendo o caso do Brasil, que contribui pela destruição do nosso patrimônio provocada pela população de rua e que também é pela prefeitura que não faz manutenção nos monumentos de sua responsabilidade. Citou livro lançado pela Prefeitura com todos os monumentos e mostra alguns com defeito ou vandalizados. Cita uma reunião com a Secretaria de Conservação, com a Diretora de Monumentos e Chafariz, e informa que todos os contratos foram anulados ou suspensos e que até o final do ano não tem dinheiro para fazer manutenção e restauração de nenhum monumento, a única coisa feita foi consertar uma grade no monumento do Marechal Deodoro, que não adianta nada pois a população de rua pula e faz fogueira. Não existe um monumento na cidade que não tem nenhuma pichação, tanto do Município quanto Estadual, cita que o Barão do Rio Branco não está deteriorado. Solicita que a prefeitura faça uma manutenção no monumento da Ana Nerí, em frente a Cruz Vermelha, que o retire do local e o coloque no meio da praça, pois o mesmo viu um mictório da população de rua. Adentra neste momento na sala de reunião a representante da Riotur, Katia Machado. Cita o monumento da

General Osório, fotografou diariamente durante um mês sua destruição e só parou quando conseguiu uma filmagem no Rj Tv e que guardou parte do monumento dentro do paço imperial e denunciou a prefeitura, que tomou providências colocando uma câmara e pegou quem estava destruindo, qualquer parte que vier a ser colocada não terá o mesmo valor pois o monumento foi feito com canhões da Guerra do Paraguai. Acontece a mesma coisa com o monumento do largo de São Francisco, do José Bonifácio, todo dia tem um pedaço a menos deixando uma angustia ao conselheiro, pois ninguém faz nada. Finalizou sua fala dizendo que um grupo de franceses adorou o monumento de Dom Pedro na Praça Tiradentes e nenhum brasileiro faz o mesmo. Denunciou sobre a falta de uma lança no monumento que estava em um antiquário e que foi vendida para São Paulo, a cidade do Rio de Janeiro está abandonada. O Conselheiro Claudio Prado denunciou a Polícia Federal do Rio de Janeiro, a Polícia Federal em Brasília, diretor Geral Renato Arruda, procuradores do MP federal e ninguém respondeu, também a falta de uma parte de um monumento folheada a ouro da Fazenda Columbandê que foi oferecida ao mercado de antiquário e vendida, e nada foi feito. Convidado pelo vice-presidente Teo Lima, Dr. Marcos Monteiro, diretor geral da INEPAC, e presidente do conselho estadual de tombamento, destaca a presença do subsecretário estadual de cultura Aldo Mussi, e diz atuar e ter conhecimento na área de patrimônio há um tempo. Disse bater de frente a interesses de diversas pessoas e recebe críticas de todo lado, devido a demandas de toda ordem. Fala que o INEPAC surgiu em 1966 antes da ditadura, e agora mudou o conceito de preservação do patrimônio cultural no país. Diz que o IPHAN comemorou o tombamento da ladeira da misericórdia, mas foi o INEPAC que tombou primeiro em 1965, mas não foi divulgado, e diz precisar dar visibilidade aos órgãos de patrimônio, diz estar do mesmo lado do conselho e da militância cultural. Diz que os interesseiros querem aniquilar os órgãos de patrimônio. Diz que o INEPAC sequer possui um veículo para cuidar de mais de 3 mil bens tombados no Estado do Rio. Cita o discurso da Presidente do Iphan falando que existe 648 funcionários na instituição e que mais de 400 irão se aposentar ano que vem, e não tem previsão de concurso, o que poderá gerar o fim da instituição de patrimônio. Após o retorno em março deste ano de sua gestão Dr. Marcos exigiu carta branca para gerir o INEPAC, havendo um desgaste com os interesses dos deputados, vereadores, inclusive cita desentendimento com o prefeito, pois transformaram o gradil do Campo de Santana (Praça da República) em varal, e após sair notícia no jornal "O Globo" rapidamente retiraram, precisa é ordenar e organizar. Fala que o patrimônio existe em função das pessoas e que cabe aos diretores é cuidar não só os tombados por ele seja estadual ou municipal e que existe outros órgãos para cuidar das pessoas. Solicita uma estratégia na defesa e proteção ao patrimônio cultural. Enfatiza que não pode autorizar a liberação de usar qualquer objeto, cita o Cristo pela arquidiocese e o mundo do Rock in Rio, no patrimônio público para ninguém, nem para rico, nem para pobre, e que isso gera um desgaste e que precisa manter a união entre os órgãos de proteção ao patrimônio. Em última fala disse que acompanha os leilões de arte e só acredita no trabalho de patrimônio quem tem paixão pela arte, e que verificou num encarte de leilão, obras de arte que foram roubadas da Igreja do Pilar de Duque de Caxias, e que após ser certificado de que era original, foi devolvido ao patrimônio da Igreja, fora outros bens recuperados pelo órgão e enfatiza a união e que o INEPAC está de portas abertas para receber as pessoas e discutir qualquer caso referente a patrimônio, está lado a lado com a sociedade. Com a palavra o representante do IRPH André Zambeli, enfatiza que o patrimônio não é isolado da sociedade, e quando abre mão de algum patrimônio é sempre por um interesse público na questão. Em relação ao Município opera-se com área de proteção com APAC, existe abandono nas áreas e quem maltrata é a própria população, como tratar, gasta-se um milhão para limpar, mas depois está sujo novamente, a questão não está em limpar os bens em uma base que depende de decisões que estão acima da secretaria, cita o exemplo da multa para quem joga papel no chão, cita a educação com o patrimônio público, enfatiza que precisa colocar no governo pessoas que tem mais responsabilidades na secretaria de educação e na cultura, caso contrário vai ficar enguando pelo por mais 25/40 anos, precisa trilhar um caminho para mudar, outra questão é criar políticas para tirar do abandono o patrimônio público, e trabalham para recuperar e reintegrar essas edificações para a sociedade, bem como os chafariz, a rua, obrigando os comerciantes a conservarem seu local, cita um programa com um chamamento público para transferir para o particular esses imóveis próprios que estão em mal estado de conservação, para eles cuidarem, restaurar e devolver para a sociedade, uma política para ser pensada daqui a 10 anos, diz que começou ano passado, estudando o que não deu certo e de que forma seja mais interessante para trazer mais interessados, ser uma política mais eficiente porque o resultado não foi o esperado, ofereceu 20 imóveis, mas somente um foi ocupado, a procuradoria deu parecer contrário, a IRPH secretaria de patrimônio foi desfavorável, discute novamente, não tinha orçamento, e hoje esta revendo esses posicionamentos, fala da legislação que não é fácil de se lidar sobre o patrimônio público que precisa ser recuperado, fora isso tem o patrimônio privado que tem dívida com IPTU, o proprietário não consegue pagar e nem a prefeitura não consegue leiloar, tem um estudo com a procuradoria para tentar resolver isso. Explica que tem o dia a dia do patrimônio do município, que faz parte do circuito de aprovação de projetos, de reformas e recuperação de imóveis privados, e necessita de orientação do IRPH, além de áreas públicas que precisam dessa atenção, nos casos privados os recursos são privados, mas quando é no logradouro público, na praça, rua, é recurso público. A terceira questão é como gerar receita para fazer manutenção